

Brasil quer subordinar dívida à realidade

Montreal — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, defendeu ontem, na abertura da assembléia anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que as remessas de divisas dos países endividados ao exterior sejam substancialmente reduzidas e levem em conta a capacidade individual de pagamento dos devedores. Disse que as soluções para o problema de endividamento devem ser compatíveis com as necessidades de crescimento dos países endividados e com o equilíbrio de suas contas públicas e de seu balanço de pagamento. “O problema da dívida envolve a co-responsabilidade dos países credores”, analisou.

Zélia disse que o Governo brasileiro deverá iniciar em breve entendimentos com a comunidade financeira e espera que, nessas negociações, se possam explorar distintas alternativas. “O Governo está aberto ao diálogo e deseja apresentar propostas que conduzam a soluções permanentes, que nos desviem do processo de marchas e contramarchas que tem caracterizado os entendimentos a respeito da dívida externa”, afirmou. Acrescentou que, nesse contexto, o papel dos governos dos países credores é fundamental. Reconheceu os avanços con-

tidos em várias iniciativas recentes, mas ressaltou que elas devem ser ampliadas.

“O Governo brasileiro tem afirmado reiteradas vezes que deseja reiniciar as negociações com os meios financeiros internacionais”, disse a ministra, observando que, se não o fez até o momento, foi por ter a convicção de que deveria, antes, ajustar a realidade interna. A ministra deixou claro que rejeita a idéia, “prevalecente no passado recente brasileiro”, de que os acertos com a comunidade financeira internacional deveriam orientar decisões de política econômica de âmbito estritamente nacional, acrescentando que, todas as vezes que assim se agiu, os resultados foram o malogro. “O endividamento persistiu, sem que se conquistassem avanços, e as dificuldades internas se avolumaram, sem que se vislumberrassem soluções. Vamos agora adotar o curso inverso de ação”, assegurou.

PLANO ECONÔMICO

A ministra fez também uma explanação sobre o plano de estabilização econômica, classificado por ela como “uma profunda ruptura com o passado”. Argumentou que o Governo tomou medidas drásticas de reordena-

mento econômico e recuperação das finanças públicas, com vistas à recuperação da economia brasileira, à modernização industrial do País e à reinserção do Brasil num panorama mundial “crescentemente desafiador”.

Zélia afirmou que a definição e implementação de uma nova política industrial completará o quadro das iniciativas que formam o plano econômico. Frisou que o objetivo dessa política é, através de um sistema progressivo de liberação de importações, estímulo à competição empresarial doméstica e apoio maciço à capacitação tecnológica da empresa nacional, elevar as taxas de crescimento e de produtividade da economia, promover a modernização do parque industrial, ampliar e diversificar a oferta de produtos e, em última análise, beneficiar o consumidor.

Zélia lembrou que o Brasil, nos últimos anos, tem sido contribuinte líquido do Banco Interamericano de Desenvolvimento e pretende, a partir de agora, reverter esta situação e receber colaboração financeira condizente com suas necessidades. Ela pediu apoio aos programas de ajuste, para que seu possível impacto social seja minimizado, contribuindo para sustentar o investimento.

REUTERS



Zélia (com Mulroney) evitou falar da renegociação brasileira